

EDITAL N.º I/224538/16/CMP
Processo NUD 53899/14/CMP

António Manuel Nunes de Sá Codeço, Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares, torna público que, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 100.º e 101.º, do CPA - Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, conforme consta da informação n.º I/219512/16/CMP, de 21/07/2016, por despacho datado de 29/07/2016, da Senhora Chefe de Divisão Municipal de Fiscalização Ambiental e Intervenção na Via Pública, Verónica Maria Carvalho Moreira de Queirós Torgal Ferreira, em substituição da Senhora Diretora de Departamento Municipal de Fiscalização, conforme despacho n.º I/182720/16/CMP, no uso da competência delegada pelo Presidente da Câmara conforme a Ordem de Serviço n.º I/196361/13/CMP de 12/11/2013, foi determinada a notificação dos interessados desconhecidos, designadamente no que se refere a todos os proprietários das frações do prédio sito à Rua de Ceuta, 2-16, da intenção desta Câmara lhes ordenar a realização dos **trabalhos de correção/alteração** necessários à integral reposição da legalidade urbanística do local, concretamente no que se refere às obras ilegais efetuadas no local, em virtude de as mesmas terem sido realizadas sem o necessário controlo prévio municipal, em violação da alínea d), do n.º 2.º, do artigo 4.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atualizada.

Descrição dos trabalhos a realizar para reposição do local em conformidade com o projeto de arquitetura aprovado pelas Licenças de Construção n.º 215/52 e 63/99:

1. Na fachada principal do prédio, do seu lado esquerdo, ao nível de todos os andares, remoção das lâminas metálicas orientáveis, aplicadas para sombreamento das janelas existentes, em alumínio anodizado à cor natural;
2. No mesmo alçado, ao nível do 8.º piso, remoção do encerramento realizado no terraço exterior, com caixilharia de madeira idêntica à utilizada na mesma zona dos pisos inferiores;
3. Ao mesmo nível, reposição da parede exterior onde se encontrava a porta de acesso à varanda exterior da fração e remoção da caixilharia de madeira, idêntica à utilizada nas restantes aberturas do edifício, aplicada em sua substituição;
4. Ainda no mesmo alçado, mas ao nível dos pisos inferiores, reposição do desenho e forma de funcionamento das caixilharias exteriores originais, assim como correção da altura das janelas contínuas existentes ao nível do 2.º piso, na zona de atendimento ao público da fração;
5. Ao nível do 9.º piso, remoção do compartimento destinado a arrumos, reposição da situação original, designadamente ao nível das fachadas correspondentes;
6. Ainda na fachada principal, do lado direito da mesma e ao nível dos andares inferiores, eliminação das três aberturas existentes, não previstas no projeto de arquitetura aprovado, designadamente no que se refere a um óculo redondo e duas grelhas de ventilação;
7. Ao nível da fachada posterior, reposição da situação aprovada, designadamente pela remoção das várias condutas e aparelhos de inflação e extração de ar aí instaladas, aparelhos de ar condicionado; reposição de frestas previstas para algumas das aberturas existentes; correção do desenho da caixilharia exterior em algumas das aberturas e retificação do número, localização e proporções de algumas dessas mesmas aberturas e
8. Na cobertura da área de serviços existente ao nível do 3.º piso, remoção das três máquinas de ar condicionado aí instaladas, e respetiva estrutura metálica revestida a rede que lhes serve de proteção.

No final dos trabalhos supramencionados deverá ser removido do local todo o entulho decorrente da realização dos mesmos, devendo garantir-se o seu transporte a vazadouro legalmente autorizado para o efeito.

Assim, ficam todos os proprietários das frações do prédio em assunto notificados de que:

- a) **Dispõem do prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem** acerca do conteúdo do presente projeto de decisão, no âmbito do processo de fiscalização NUD 53899/14/CMP e que
- b) A ausência de pronúncia, acerca do conteúdo do mesmo, determinará que seja ordenada reposição voluntária da legalidade urbanística do local.

Para constar se lavraram Editais que serão afixados no GM - Gabinete do Município e no local.

Porto, 14 de outubro de 2016.

O Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares

(António Codeço)

